

## A03 - ANALISTA DO MPU - BIBLIOTECONOMIA

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## PROVA OBJETIVA

### MÓDULO I

#### Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescritura NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) À proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

**8**

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

**9**

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

**10**

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

**11**

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

**12**

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

**13**

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

**14**

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

**15**

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

## Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispendo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

**18**

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

**19**

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

**20**

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar.

Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

## Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

**21**

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

**22**

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

**23**

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

**24**

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

**25**

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juízes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

## Noções de Administração Pública

**26**

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

**27**

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

**28**

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

**29**

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

**30**

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

## MÓDULO II

### Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expediria determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União intervisse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.

Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

## Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração donexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

## Conhecimentos Específicos

41

Os métodos de ordenação de livros, consagrados na história do livro e das bibliotecas, tinham em comum a fundamentação em uma lógica determinada.

Entre as várias formas de ordenação, aquela que se popularizou pelo uso de notações em sequência num dado sistema de classificação, baseado em assuntos ou disciplinas, é designada como ordem:

- (A) física;
- (B) natural;
- (C) alfabética;
- (D) de entrada;
- (E) sistemática.

### Texto 1

Considere os seguintes elementos, verificados e transcritos de uma coletânea impressa, de vários autores, publicada sob vários coordenadores, para responder as questões a seguir, sobre elaboração de referências, de acordo com a NBR 6023, da ABNT (versão corrigida 2:2020).

Título da obra: Eleições e democracia na era digital

Autores das seções : Ana Frazão e outros 45 autores

Coordenadores:

Paulo Gustavo Gonet Branco

Reynaldo Soares da Fonseca

Pedro Henrique de Moura Gonet Branco

João Carlos Banhos Velloso

Gabriel Campos Soares da Fonseca

Outros elementos:

ISBN 978-65-5627-462-1

Extensão: 680 páginas

Dimensão: 23 cm

Data de publicação: 2022

Editora: Almedina

Local de publicação: São Paulo

Série: Coleção IDP

Nota: Inclui bibliografia

42

No texto 1, os nomes de todos os autores das seções estão indicados em ordem alfabética na primeira capa da coletânea. Já os nomes dos coordenadores da publicação, que também são autores de seções, foram arrolados por precedência na folha de rosto, conforme transcrito.

No caso, a entrada para referência da coletânea é:

(A) FRAZÃO, Ana et al.

(B) ELEIÇÕES e democracia na era digital.

(C) BRANCO, Paulo Gustavo Gonet *et al.* (Coords.)

(D) BRANCO, Paulo Gustavo Gonet (coord.); FRAZÃO, Ana *et al.*

(E) BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; FONSECA, Reynaldo Soares da; BRANCO, Pedro Henrique de Moura Gonet; VELLOSO, João Carlos Banhos; FONSECA, Gabriel Campos Soares da (coord.).

43

Um elemento essencial, a ser incluído numa referência, é estritamente vinculado ao suporte documental e indispensável para a identificação do documento.

Dentre os elementos indicados, no texto 1, aquele que se enquadra nessa descrição é:

(A) a nota;

(B) a série;

(C) a editora;

(D) a extensão;

(E) a dimensão.

44

Para elaborar a referência da coletânea descrita no texto 1, incluindo elementos essenciais e complementares, é preciso considerar a ordem dos elementos fixada em norma.

Segundo essa ordem, o ISBN é indicado:

- (A) antes da série;
- (B) antes da extensão;
- (C) após todos os elementos;
- (D) após a data de publicação;
- (E) antes dos elementos complementares.

45

Para referência de resenha, a NBR 6023, da ABNT (versão corrigida 2:2020) fixa a entrada, os demais elementos e sua ordem.

Desse modo, a referência que atende às especificações da norma para a resenha elaborada por Leonardo Roscoe Bessa, publicada no Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União, com o mesmo título da obra resenhada, é:

- (A) ALMEIDA, João Batista de. Manual de Direito do consumidor. [Resenha:] BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de direito do consumidor**. In: B. Cient. ESMPU, Brasília, DF, ano 3, n. 10, p. 177-179, jan./mar. 2004. [Seção] Resenha. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-10-janeiro-marco-de-2004/manual-de-direito-do-consumidor>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- (B) BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do consumidor. **B. Cient. ESMPU**, Brasília, DF, ano 3, n. 10, p. 177-179, jan./mar. 2004. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: ALMEIDA, João Batista de. Manual de Direito do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2003. 214 p. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-10-janeiro-marco-de-2004/manual-de-direito-do-consumidor>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- (C) BESSA, Leonardo Roscoe; ALMEIDA, João Batista de. **Manual de Direito do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2003. In: B. Cient. ESMPU, Brasília, DF, 3 (10) : 177-179, jan./mar. 2004. [Seção] Resenha. Disponível: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-10-janeiro-marco-de-2004/manual-de-direito-do-consumidor>. Acesso: 12/01/2025.
- (D) MANUAL de Direito do consumidor / João Batista de Almeida. São Paulo: Saraiva, 2003. 214 p. [Resenha:] BESSA, Leonardo Roscoe. In: Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União, Brasília, DF, ano 3, n. 10, jan./mar. 2004. [Seção] Resenha, p. 177-179. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-10-janeiro-marco-de-2004/manual-de-direito-do-consumidor>. Acesso em: 12/01/2025.
- (E) MANUAL de Direito do consumidor / Leonardo Roscoe Bessa. Resenha da obra: ALMEIDA, João Batista de. Manual de Direito do consumidor. 2003. In: **Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União**. Brasília, DF: ESMPU, 2004. [Seção] Resenha, p. 177-179. Disponível: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-10-janeiro-marco-de-2004/manual-de-direito-do-consumidor>. Acesso: 12 jan. 2025.

46

Ao determinar como um resumo deve ser apresentado, a NBR 6028, da ABNT (2021) estabelece sua localização, a localização da referência do documento resumido e a de suas palavras-chave.

Por exemplo, quando o resumo e a referência estiverem contidos no próprio documento resumido e referenciado, a referência deve:

- (A) ser inserida no final do texto resumido;
- (B) seguir o resumo, em parágrafo próprio;
- (C) vir logo antes das palavras-chave atribuídas;
- (D) ficar logo após o título da seção (“Resumo”);
- (E) compor o texto do resumo, em parágrafo único.

47

De acordo com a NBR 6027, da ABNT (2012), o sumário, em monografias, deve ser o último elemento pré-textual.

Essa determinação impôs, como consequência, uma regra geral, da mesma norma, que estabelece que os elementos pré-textuais:

- (A) devem constar no sumário;
- (B) não podem constar no sumário;
- (C) podem constar no sumário, se forem paginados;
- (D) devem constar no sumário, se forem numerados;
- (E) constarão no sumário, se forem numerados e paginados.

48

De acordo com a norma, quando uma obra é publicada em três volumes, o sumário deve ser incluído como elemento pré-textual, de modo que o conteúdo da obra seja conhecido de forma:

- (A) completa, com o sumário de toda a obra, apenas, no primeiro volume;
- (B) completa, com o sumário de toda a obra, apenas, no último volume;
- (C) completa, com o sumário de toda a obra, em cada um dos volumes;
- (D) parcial, com o sumário de cada volume, no volume correspondente;
- (E) parcial, em cada volume, com acréscimo da forma completa no final do último.

49

A NBR 6034, da ABNT (2004), enfatiza, quanto às normas gerais de apresentação, que o índice “deve abranger as informações extraídas do documento”.

Ainda assim, a norma abre um precedente, aparentemente contraditório, ao informar que:

- (A) os termos adotados devem ser baseados em vocabulários controlados;
- (B) o índice pode complementar informações não expressas no documento;
- (C) as informações em notas, apêndices e anexos não devem ser indexadas;
- (D) o conteúdo do documento deve ser parafraseado mediante palavras-chave;
- (E) as entradas devem incluir expressões modificadoras que explicitem o significado.

**50**

A NBR 6034, da ABNT (2004), ao estabelecer requisitos de apresentação e critérios para elaboração de índices, enumera as circunstâncias em que a remissiva **ver** deve ser elaborada. Por exemplo:

Liminar **ver** Medida cautelar

Esse é um tipo de remissiva, previsto na norma, que remete de:

- (A) termo popular para termo técnico;
- (B) termo técnico para termo científico;
- (C) termo válido para termo relacionado;
- (D) termo sinônimo para termo escolhido;
- (E) termo antiquado para termo de uso atual.

**51**

A NBR 10518, da ABNT (2023), estabelece que um guia de unidades informacionais é estruturado por elementos essenciais e, quando necessário, por complementares, que informam sobre cada biblioteca ou centro de informação e documentação arrolado no guia.

Considerando a importância do guia como obra de referência, a norma aponta, dentre outros, como elemento essencial:

- (A) as redes sociais;
- (B) os recursos humanos;
- (C) o histórico da unidade;
- (D) o nome do responsável pela unidade;
- (E) as publicações editadas pela unidade.

**52**

O processo de indexação pode ser considerado sob duas etapas: a análise de assunto e a tradução.

Enquanto a primeira etapa diz respeito à identificação das ideias que espelham o conteúdo de um documento analisado em linguagem natural, a segunda etapa se refere à:

- (A) adequação daquelas ideias ao contexto do sistema de informação implantado;
- (B) análise conceitual dos assuntos verificados e indexados na primeira etapa;
- (C) recuperação e disseminação da informação expressa no documento analisado;
- (D) representação dessas ideias, conforme a linguagem de indexação adotada;
- (E) validação, em linguagem natural, dos assuntos indexados na primeira etapa.

**53**

Na análise de assunto, o bibliotecário pode selecionar conceitos sob concepção orientada pelo usuário, elegendo aqueles que, frequentemente, são utilizados por ele.

Nesse caso, na construção de linguagem consistente para a representação de assuntos e recuperação da informação, o bibliotecário optou pelo princípio de garantia:

- (A) de uso;
- (B) cultural;
- (C) literária;
- (D) organizacional;
- (E) de consulta a esmo.

**54**

No processo de indexação de assuntos, o bibliotecário deve considerar o conteúdo abordado no documento e a relevância desse conteúdo para determinado grupo de usuários.

Nesse contexto, é admissível reconhecer que, para atender a demandas de distintos grupos de usuários, em diversos centros de informação:

- (A) a descrição do conteúdo de cada documento pode ser padronizada;
- (B) a representação da informação do documento deve ser exaustiva;
- (C) os documentos dos centros de informação podem ser compartilhados;
- (D) os pontos de acesso para o mesmo documento devem ser uniformes;
- (E) o mesmo documento pode ser indexado de diferentes maneiras.

**55**

As linguagens de indexação pré e pós-coordenadas distinguem-se entre si pelo momento de combinação dos termos, para representar o conteúdo informativo dos documentos.

Enquanto nas linguagens pré-coordenadas os termos são combinados antes de sua especificação, no momento da indexação, nas linguagens pós-coordenadas, a combinação ocorre após sua definição, no momento da:

- (A) busca;
- (B) análise;
- (C) seleção;
- (D) descrição;
- (E) hierarquização.

**56**

De acordo com a política de indexação de uma biblioteca, foi utilizado o máximo de termos admitidos como descritores de assuntos de um documento. O primeiro, atendeu ao conteúdo principal, ao passo que os demais possibilitaram mais pontos de acesso a esse conteúdo.

Desse modo, o indexador atribuiu, ao sistema de buscas da biblioteca, potencial para recuperar mais documentos úteis; isto é, ampliou sua capacidade de:

- (A) síntese;
- (B) precisão;
- (C) atinência;
- (D) revocação;
- (E) relevância.

**57**

A política de indexação é um fator que influencia no desempenho de um sistema de recuperação da informação.

Por exemplo, quando a unidade de informação estabelece o número médio de termos a serem atribuídos no processo de indexação, essa decisão política diz respeito:

- (A) ao tempo de resposta;
- (B) à escolha da linguagem;
- (C) à cobertura dos assuntos;
- (D) ao nível de exaustividade;
- (E) à competência informacional.

**58**

De acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD), quando uma obra trata de dois assuntos e se verifica que o primeiro assunto influi sobre o segundo, deve ser adotada, com precedência sobre qualquer outra regra, a Regra da Aplicação (*Rule of Application*).

Segundo essa regra, a obra será classificada sob a notação do:

- (A) primeiro assunto;
- (B) segundo assunto;
- (C) assunto mais genérico;
- (D) assunto mais completo;
- (E) primeiro assunto a constar na CDD.

**59**

Na CDD, a hierarquia está expressa de forma estrutural e notacional.

Enquanto, na hierarquia estrutural, os tópicos mais específicos são parte de outros, acima e mais genéricos (com exceção das classes principais), a hierarquia notacional é evidenciada:

- (A) pelo primeiro dos três dígitos, que representam a classe principal;
- (B) pelas seis tabelas de notações que podem ser adicionadas às classes;
- (C) pelos sumários da CDD, que contêm as classes, divisões e seções;
- (D) pela diversidade de notações a que remete o Índice Relativo da CDD;
- (E) pela extensão da notação que resultou da especificação do assunto.

**60**

A última edição da Classificação Decimal de Direito (CDDir), de 2002, não incorpora muitas das alterações ocorridas no ordenamento jurídico nacional desde então. Essa situação tem levado ao debate sobre a produção de um novo esquema ou uma nova edição, atualizada.

Um fundamento que alicerça a proposta de uma nova edição com os devidos ajustes, baseado na capacidade do sistema notacional da CDDir de sofrer mudanças e adições, é:

- (A) o princípio da divisão;
- (B) a ordem de intercalação;
- (C) a qualidade mnemônica;
- (D) o princípio da hospitalidade;
- (E) o processo analítico-sintético.

**Texto 2**

Considere a lista de autores a seguir, na ordem apresentada, e os trechos reproduzidos das tabelas de Cutter-Sanborn e PHA, para responder as próximas questões.

Almeida, João Batista de  
Bessa, Leonardo Roscoe  
Branco, Paulo Gustavo Gonet  
Frazão, Ana

Tabela Cutter-Sanborn

316 Al  
447 Alme  
448 Almen  
365 Be  
557 Bess  
558 Bessem  
794 Br  
816 Bran  
817 Brand  
797 Fr  
848 Fraz  
849 Fre

Tabela PHA

444 Almeida  
448 Almeida J.  
449 Almeida M.  
465 Bes  
466 Bet  
787 Bra  
813 Branco  
815 Branco P.  
816 Brand  
865 Fra  
927 Fraz  
928 Fre

**61**

Considerando o texto 2, as notações correspondentes aos autores, conforme a Tabela Cutter-Sanborn e suas normas de uso, são, respectivamente:

- (A) A316 – B365 – B794 – F797;
- (B) A316 – Be365 – Br794 – F797;
- (C) A447 – B557 – B816 – F848;
- (D) A447 – B558 – Br817 – F849;
- (E) A448 – B558 – B817 – F849.

**62**

Considerando o texto 2, as notações correspondentes aos autores, conforme a Tabela PHA e suas normas de uso, são, respectivamente:

- (A) A444 – B465 – B813 – F927;
- (B) A444 – B466 – B787 – F865;
- (C) A448 – B465 – B815 – F927;
- (D) AJ448 – Be465 – BP815 – F928;
- (E) A449 – B466 – B816 – F928.

63

Se o objetivo do número de chamada é individualizar a obra que o recebe, a partir das notações que o compõem, a função da notação de autor, em um número de chamada estruturado para uma biblioteca que utiliza o Sistema de Localização Relativa, é:

- (A) identificar o autor da obra, complementando a classificação decimal atribuída;
- (B) ordenar as diferentes obras do mesmo autor, sob qualquer classificação atribuída;
- (C) localizar edições e exemplares da mesma obra, a partir de suas datas de publicação;
- (D) indicar a posição da obra entre as que receberam o mesmo número de classificação;
- (E) classificar nomes, pelo sobrenome, ou títulos, pela primeira palavra que não seja artigo.

64

Os cabeçalhos de entrada de entidades coletivas brasileiras são determinados conforme regras específicas do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2R) e recomendações da Agência Bibliográfica Nacional.

Desse modo, a entrada para a entidade coletiva Conselho Nacional do Ministério Público é:

- (A) Conselho Nacional do Ministério Público.
- (B) Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público.
- (C) Conselho Nacional do Ministério Público (Brasil).
- (D) Brasil. Ministério Público da União. Conselho Nacional.
- (E) Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público da União.

65

O AACR2R prevê a abreviação de um título principal extenso, à luz das especificações para a área do título e da indicação de responsabilidade.

Diante dessa possibilidade, o título da publicação “Guia de atuação do Ministério Público: pessoa com deficiência: direito à acessibilidade, ao atendimento prioritário, ao concurso público, à educação inclusiva, à saúde, à tomada de decisão apoiada e à curatela”, do Conselho Nacional do Ministério Público (2016), será abreviado como:

- (A) Guia de atuação do Ministério Público–
- (B) Guia de atuação do Ministério Público [...]
- (C) Guia de atuação do Ministério Público : pessoa com deficiência–
- (D) Guia de atuação do Ministério Público : pessoa com deficiência ...
- (E) Guia de atuação do Ministério Público : pessoa com deficiência : direito à acessibilidade (...)

66

Ao catalogar uma publicação com páginas não numeradas, o bibliotecário tem as opções de atribuir um número total aproximado ou, após conferência, o total exato.

De acordo com regra específica do AACR2R, caso o bibliotecário escolha a primeira opção, o número de páginas não numeradas será registrado na área de descrição física como:

- (A) ca. 400 p.
- (B) [ca. 400] p.
- (C) [400?] p.
- (D) [aprox. 400] p.
- (E) 400 [?] p.

67

As funções gerenciais de unidades de informação, consagradas na literatura (planejamento, organização, desempenho, controle e revisão), sob o ponto de vista da missão da biblioteca, são processadas de maneira sistêmica, com o propósito de:

- (A) delinear as áreas funcionais, fim e meio, da biblioteca;
- (B) captar recursos e potencializar a estrutura organizacional;
- (C) alcançar os objetivos principais, relacionados à missão;
- (D) reiterar o controle e a revisão, para identificar fragilidades;
- (E) identificar rotinas, alheias à missão, que podem ser excluídas.

68

A dificuldade de controlar dados para a tomada de decisão, em um sistema de informação ativo e prolífero como a biblioteca jurídica, tem motivado a busca por recursos de gestão associados à inteligência de negócios (*Business Intelligence/BI*).

Um desses recursos é o *dashboard*, uma interface gráfica que possibilita:

- (A) visualizar métricas relevantes e indicadores-chave de desempenho (*KPIs*);
- (B) analisar dados obtidos através de aprendizado de máquina (*machine learning/IA*);
- (C) produzir relatórios não interativos, por meio de ferramentas de sigilo, como o *Power BI*;
- (D) rastrear informações em tempo real, com foco em dados de frequência ou resumidos;
- (E) desenvolver painéis interativos, com o máximo de informações e dados não agrupados.

#### Texto 3

A seleção de materiais de informação envolve um processo cauteloso que, mesmo assim, pode ser baseado em valores práticos imediatos como qualidade, confiabilidade e excelência de materiais, em termos do conteúdo que oferecem.

69

Considerando o texto 3, o processo, sob esses aspectos, especialmente em bibliotecas jurídicas, releva o prestígio de editoras da área, configurando como critério de seleção:

- (A) a precisão;
- (B) a autoridade;
- (C) a conveniência;
- (D) a relevância/o interesse;
- (E) a contribuição potencial.

70

O processo, apontado no texto 3, envolve a formação e o desenvolvimento de coleções, no contexto da gestão de unidades de informação, e deve cumprir cinco etapas inter-relacionadas: estudo de comunidades, seleção (já indicada), aquisição, desbastamento e, finalmente, a etapa que permite verificar se as anteriores ocorreram conforme o planejado, que é a etapa de:

- (A) avaliação de coleções;
- (B) recuperação da informação;
- (C) gestão de dados de pesquisa;
- (D) descarte/remanejamento de itens;
- (E) disseminação seletiva da informação.

**71**

As fontes legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais compõem a documentação jurídica e cabe ao bibliotecário o conhecimento de suas variáveis e o domínio conceitual para distingui-las.

Com esse entendimento, a primeira coluna a seguir enumera os tipos de fontes de informação jurídica, e a segunda apresenta aspectos dessas fontes, sobre os quais o bibliotecário deve ter conhecimento.

1. fonte legislativa
2. fonte doutrinária
3. fonte jurisprudencial

- ( ) tipos de recursos  
 ( ) vigência da norma  
 ( ) competência dos tribunais  
 ( ) atualização do acervo

A relação entre a fonte e o conhecimento requerido está indicada, corretamente, em:

- (A) 1 – 2 – 2 – 3;  
 (B) 1 – 3 – 1 – 2;  
 (C) 2 – 2 – 3 – 1;  
 (D) 3 – 1 – 3 – 2;  
 (E) 3 – 3 – 2 – 1.

**72**

O domínio conceitual das fontes jurídicas ganha elevado grau de dificuldade quanto às fontes jurisprudenciais, diante de suas muitas variáveis, que podem ocasionar erros de busca e recuperação em situações de urgência.

Por isso, o bibliotecário jurídico deve ser capaz de identificar, por exemplo, que um resumo do entendimento jurisprudencial pacificado por um tribunal no julgamento de casos análogos é:

- (A) um acórdão;  
 (B) uma súmula;  
 (C) uma súmula vinculante;  
 (D) uma sentença normativa;  
 (E) uma orientação jurisprudencial.

**73**

No Portal da Transparência e Prestação de Contas do Ministério Público Federal (MPF), assim como em seu Repositório Institucional, é possível pesquisar e consultar o Diário do Ministério Público Federal Eletrônico (DMPF-e), o Boletim de Serviço do MPU (BSMPU) e o Diário Oficial da União (DOU).

Considerando a necessidade de conhecimento sobre essas fontes de informação e suas funcionalidades, relacione cada uma delas, conforme indicado na primeira coluna, com a função específica a que atende, descrita na segunda.

- I. DMPF-e
- II. BSMPU
- III. DOU

- ( ) É instrumento oficial de divulgação e publicação dos atos do Ministério Público Federal.  
 ( ) Traz os atos oficiais do MPF, publicados por determinação expressa em lei.  
 ( ) Destina-se à publicação de atos oficiais internos de interesse comum aos ramos do MPU.  
 ( ) É composto por dois cadernos: o Caderno Extrajudicial e o Caderno Administrativo.

A relação solicitada está indicada, corretamente, em:

- (A) I – II – II – III;  
 (B) I – III – II – I;  
 (C) II – III – III – I;  
 (D) III – I – I – II;  
 (E) III – I – III – II.

**74**

A manipulação da informação é uma realidade que envolve valores nem sempre comprometidos com a neutralidade. Ainda assim, a informação deve cumprir um fluxo que favoreça o discernimento e a análise pelo pesquisador.

Para a promoção desse fluxo, o acesso a fontes confiáveis através de serviços de disseminação em unidades de informação depende:

- (A) do ajuste contínuo do sistema de informação ao mundo exterior;  
 (B) de *marketing* dos serviços oferecidos pela unidade de informação;  
 (C) de serviços de alerta e de notificação de trânsito de informações falsas;  
 (D) do controle sobre a qualidade e a diversidade do estoque informacional;  
 (E) da competência técnica e do comprometimento do profissional de informação.

## Texto 4

O site do Superior Tribunal de Justiça (STJ) oferece acesso à base “Jurisprudência do STJ”, onde é possível pesquisar por termo ou por número de processo. Uma pesquisa no campo de pesquisa livre, por termo, com operadores de proximidade disponíveis, ofereceu os seguintes resultados:

Busca 1: biblioteca COM livros – recuperou 3 acórdãos e 96 decisões monocráticas.

Busca 2: biblioteca ADJ20 livros – recuperou 1 acórdão e 36 decisões monocráticas.

## 75

Considerando o texto 4, a diferença de resultados ocorreu porque, enquanto a estratégia de busca com o operador ADJ (adjacente) recuperou, apenas, documentos com os termos pesquisados na ordem em que foram digitados, separados por até 20 termos (sendo “livros” o vigésimo), a estratégia de busca com o operador COM recuperou documentos nos quais os termos pesquisados ocorrem:

- (A) ao longo do texto, em qualquer ordem ou distância;
- (B) dentro de um mesmo campo, em qualquer distância;
- (C) dentro de um mesmo campo, em qualquer ordem;
- (D) em qualquer lugar do documento, mas na mesma ordem;
- (E) no mesmo parágrafo, em qualquer ordem ou distância.

## 76

A busca 2, descrita no texto 4, foi considerada razoável pelo pesquisador interessado em saber quantos documentos seriam encontrados através daquela estratégia de busca específica.

O resultado evidenciou uma qualidade da base “Jurisprudência do STJ”, avaliável a partir do critério de:

- (A) utilidade;
- (B) conformidade;
- (C) previsibilidade;
- (D) ergonomia;
- (E) recuperabilidade.

## 77

A Satisfação Subjetiva ocorre quando o usuário acha agradável a interação com um sistema e se sente particularmente satisfeito. Essa satisfação, assim como outros atributos, pode ser verificada na análise de qualidade de uso de um sistema interativo, a partir:

- (A) de avaliação do sistema;
- (B) da entrevista de referência;
- (C) de estudos de usabilidade;
- (D) de estudos de usuários;
- (E) do serviço de referência.

## 78

A Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI), que se desenvolve mediante catalogação cooperativa, oferece um catálogo coletivo que se distingue:

- (A) por oferecer análises de artigos de periódicos e capítulos de livros;
- (B) por compartilhar documentação jurídica de acesso exclusivo e restrito;
- (C) por indexar citações verificadas na literatura jurídica de nível acadêmico;
- (D) por racionalizar a produção e otimizar o acesso a índices, resumos e resenhas;
- (E) por permitir a navegação entre títulos de periódicos, a partir de links de citação.

## 79

A edição da Bibliografia Brasileira de Direito (BBD) foi assumida nos anos de 1980 por instituição que se destacou na gestão e processamento de informação bibliográfica automatizada, de mesmo conteúdo temático.

Desde então, essa bibliografia seletiva foi impressa e, depois, publicada exclusivamente *on-line*, sob a gerência:

- (A) da Biblioteca do Senado Federal;
- (B) da Biblioteca do Ministério Público da União;
- (C) da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados;
- (D) da Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML);
- (E) do Consórcio BDJur – Rede de Bibliotecas Digitais Jurídicas.

## 80

A “Bibliografia sobre inteligência artificial e discriminação de gênero e raça”, compilada pela Biblioteca do Senado Federal, em 2025, a partir de critérios e demanda de comitê específico, arrola 47 referências de livros, capítulos de livros, ensaios e artigos de periódicos, físicos e digitais, em ordem alfabética, publicados em todo o mundo, entre 2019 e 2024.

Com esses dados, é possível classificar essa bibliografia, segundo a tipologia difundida na literatura, como:

- (A) corrente, primária e fechada;
- (B) erudita, sinalética e universal;
- (C) exaustiva, temática e metódica;
- (D) analítica, enumerativa e retrospectiva;
- (E) seletiva, especializada e internacional.

**PROVA DISCURSIVA**

---

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO



Realização

